PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

ENTRE,

ORDEM DOS ADVOGADOS, pessoa colectiva n.º 500 965 099, com sede em Lisboa, no Largo de S. Domingos, n.º 14-1.º, neste acto representada pelo senhor Dr. António Marinho e Pinto, na qualidade de Bastonário da Ordem dos Advogados, como **Primeira Outorgante**, adiante designada abreviadamente por OA,

E

CASO - Consultores Associados de Organizações e Informática, Lda., pessoa colectiva n.º 501 472 657, com sede em Braga na Rua Cidade do Porto, 80, Apartado 2187, 4701-903 Braga, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o n.º 501 472 657 e com o capital social de 110.000 Euros, representada pelo senhor Eng.º Joaquim Magalhães da Cunha, na qualidade de Director Geral, conforme documento comprovativo que se anexa ao presente Protocolo, como **Segunda Outorgante**, adiante designada abreviadamente por CASO,

Considerando que,

- a) A Ordem dos Advogados tem, no âmbito das suas atribuições estatutárias, o propósito de dinamizar e fomentar a interligação com os seus associados em áreas diversificadas, proporcionando aos seus associados diversas vantagens e benefícios na aquisição de produtos e na prestação de serviços por parte de terceiros;
- b) Uma destas áreas é, entre outras, a das tecnologias de informação, visando-se proporcionar, aos Advogados inscritos na Ordem dos Advogados de condições preferenciais na aquisição e/ou disponibilização de software aplicacional ajustado à necessidades actuais dos escritórios de Advogados com descontos relevantes face aos preços que se praticam no mercado;

- c) Para a concessão efectiva deste tipo de vantagens especiais aos Advogados a Ordem dos Advogados pretende constituir uma relação de parceria, sem carácter de exclusividade, com uma empresa de consultadoria informática;
- d) A CASO, no âmbito da sua actividade desenvolve e implementa soluções de software aplicacional ajustadas às actuais necessidades dos escritórios de Advogados.

É acordado e reciprocamente aceite o presente Protocolo de Colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes, de que os precedentes considerandos fazem parte integrante.

CLÁUSULA 1.^a

Actividade

A CASO desenvolve a sua actividade entre outros domínios e áreas, no desenvolvimento e implementação de soluções de software de suporte a sistemas de gestão e decisão, sendo de destacar tendo em conta o âmbito deste protocolo, a solução *Gnotarium* - Gestão de Informação de Cartório Notariais, o *GPESE* - Gestão Processual de Escritórios dos Solicitadores de Execução, bem como o *SOLUTIO ASP*, software aplicacional, ajustado às necessidades dos escritórios de Advogados, que abarca as áreas do balcão único, facturação, contabilidade e regularização de impostos.

CLÁUSULA 2.^a

Âmbito do Protocolo

Tem o presente protocolo por âmbito a colaboração entre ambas as entidades na prestação de serviço em modalidade ASP - *Applicationn Server Provider* - do software *SOLUTIO*, software aplicacional propriedade da CASO, destinado a ser utilizado por Advogados que abarca as áreas do balcão único, facturação, contabilidade e regularização de impostos, de acordo com as especificações técnicas e financeiras constantes dos documentos que fazem parte integrante deste documento, que são denominados por: "Apresentação do Solutio", "Condições de Adesão", "Condições de Funcionamento", "Definições de Actos", "Condições

de Formação” e “Manual de Utilizador”, documentos que passam a constituir os ANEXOS I, II, III, IV, V e VI do presente Protocolo.

CLÁUSULA 3.^a

Deveres da CASO

1 - Com a celebração do presente Protocolo a Caso vincula-se a assegurar:

- a) O desenvolvimento / actualização do software aplicacional versão *Solutio ASP* a qual será instalada em infra-estrutura de hardware e de comunicações a disponibilizar pela Ordem dos Advogados;
- b) Os serviços de manutenção e assistência técnica que incluem obrigatoriamente:
 - i) A correcção de erros detectados no *software aplicacional Solutio ASP* objecto deste protocolo;
 - ii) A implementação de novas funcionalidades do *software Solutio ASP designadamente a adaptação* às alterações eventualmente ocorridas ou que venham a ocorrer na legislação e/ou regulamentação, desde que tal não ponha em causa a estrutura e arquitectura da aplicação;
 - iii) Assegurar um serviço de *helpdesk* rápido e eficiente a funcionar de 2.^a a 6.^a feira, com excepção dos dias feriados obrigatórios, das 09h00-13h00 e das 14h00-18h30, para prestação de informações e apoio na resolução de situações técnicas aos Advogados utilizadores do software *Solutio ASP*, por via telefone, Internet, fax ou E-mail.

2 - Com a celebração do presente Protocolo de Colaboração a Caso vincula-se a organizar, sem qualquer encargo para a Ordem dos Advogados bem como para os associados desta, de acções de divulgação no âmbito do software *Solutio ASP* na sede da Ordem dos Advogados, bem como, nas instalações de cada um dos conselhos distritais, em Lisboa, no Porto, em Coimbra, em Évora, em Faro, nos Açores e na Madeira.

3 - Com a celebração do presente Protocolo de Colaboração a Caso vincula-se a organizar e ministrar periodicamente acções de formação junto dos Advogados e seus colaboradores utilizadores do software aplicacional *Solutio ASP* em modalidades a definir e de acordo com termos constantes no Anexo V do presente Protocolo.

CLÁUSULA 4.^a

Deveres da OA

No âmbito da execução do presente Protocolo a Ordem dos Advogados deverá assegurar:

- a) A disponibilização dos adequados meios de equipamento para suporte ao software Solutio ASP;
- b) A permanente disponibilização de comunicações (24 horas por dia / 7 dias por semana).

CLÁUSULA 5.^a

Tabela dos serviços a Prestar aos Advogados

1 - Com a celebração do presente Protocolo de Colaboração a Caso compromete-se a disponibilizar aos Advogados inscritos na Ordem dos Advogados e com a situação contributiva para com a Ordem plenamente regularizada o acesso e utilização do software Solutio ASP de acordo com as seguintes condições preferenciais:

- a) Tendo em conta o carácter inovador do software e da actividade que lhe está subjacente, até 31 de Dezembro de 2009 os Advogados com mais de cinco anos de inscrição que pretendam aceder ao software Solutio ASP pagarão pela subscrição da utilização um montante de 25,00 EUR (vinte e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor que será cobrado uma única vez e que contempla um crédito para a pratica de 25 actos. Os advogados pagarão por cada acto praticado o montante de €

0,80 acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

- b) Até 31 de Dezembro de 2009 os Advogados com menos de cinco anos de inscrição, que pretendam aceder ao software Solutio ASP pagarão pela subscrição da utilização um montante de 15,00 EUR (quinze euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor que será cobrado uma única vez e que contempla um crédito para a pratica de 25 actos. Os advogados pagarão por cada acto praticado o montante de € 0,80 acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

3 - As condições de subscrição acordadas na presente cláusula serão objecto de ajustamento entre as partes outorgantes no mês de Novembro de 2009.

4 - No ano de 2010 o valor a pagar pelos advogados utilizadores do software Solutio ASP será ajustado por escalões, atendendo as necessidades e ao volume de actos a praticar pelos advogados subscritores.

CLÁUSULA 6.^a

Modalidade de Cobrança

Os valores mencionados na clausula anterior serão cobrados pela Caso por débito directo em conta dos advogados subscritores.

CLÁUSULA 7.^a

Garantias de confidencialidade

1 - Com a celebração do presente Protocolo as Partes Outorgantes obrigam-se a guardar sigilo sobre as informações a que venham a ter acesso em virtude da colaboração estabelecida ou que venha a ser desenvolvida na execução do presente Protocolo.

2 - Com a celebração do presente Contrato as Partes vinculam-se, recíproca e conjuntamente, a cumprir com todas as disposições legais e regulamentares em matéria de protecção de

dados pessoais.

3 - A **Caso**, bem como os seus trabalhadores, colaboradores ou mandatários, obriga-se, durante a vigência do presente Protocolo e após a sua cessação, a manter confidencialidade de todos os dossiers, arquivos, documentos, dados e informações obtidos ou de que possa ter conhecimento, relativos à Ordem dos Advogados (incluindo os seus colaboradores), a outras entidades ou aos seus associados, nomeadamente sobre a sua organização, serviços prestados e qualquer outro dado de natureza financeira e/ou técnica, não podendo designadamente, extrair cópias, divulgá-los ou comunicá-los a terceiros.

CLÁUSULA 8.ª

Sigilo

As partes o outorgantes comprometem-se a observar rigoroso sigilo no que concerne a informações técnicas, comerciais e outras que, no âmbito da execução do presente protocolo, venham a tomar conhecimento.

CLÁUSULA 9.ª

Divulgação

1 - As partes outorgantes comprometem-se a divulgar o objecto do presente Protocolo pelas vias e formas mais adequadas.

2 - Com a celebração do presente Protocolo, e no período da sua vigência, a **Caso** compromete-se a inserir anúncios publicitários no Boletim da OA, tendo como referência a tabela de preços em vigor para parceiros da Ordem dos Advogados, em valor que nunca será inferior a 4 % do montante total da facturação realizada com a prestação de serviços referida na cláusula 5ª.

CLÁUSULA 10.^a

Vigência do Protocolo

O presente Protocolo de Colaboração inicia a sua vigência em 01 de Junho de 2009 e termo em 31 de Dezembro de 2010, podendo ser denunciado por qualquer das partes outorgantes com 90 (noventa) dias de antecedência.

CLÁUSULA 11.^a

Penalizações

Se em virtude do não cumprimento por qualquer uma das partes das atribuições que pelo presente protocolo lhe são cometidas, resultar prejuízo para a outra parte, será esta penalizada no pagamento de um valor que for julgado adequado ao seu grau de responsabilidade.

CLÁUSULA 12.^a

Comissão arbitral

Nos casos de litígio e nos casos omissos será aquele dirimido e esses integrados de acordo com o que for decidido por uma comissão arbitral para a que a Caso nomeará um árbitro, a Ordem dos Advogados outro e estes dois um terceiro.

Cláusula 13.^a

Comunicações entre as Partes Outorgantes

1 - Qualquer alteração ou aditamento ao presente Protocolo só será válido se constar de documento assinado por ambas as Partes.

2 - As comunicações a que haja lugar entre as partes ao abrigo deste Protocolo serão

efectuadas por escrito, por meio de correio registado, por fax, ou por E-mail, para os seguintes endereços:

	Ordem dos Advogados	CASO
Correio registado	Largo de S. Domingos, 14 - 1.º 1169-060 LISBOA	Rua Cidade do Porto, 80 - Apartado 2187 4701-903 BRAGA
E-mail	cons.geral@cg.oa.pt	caso@caso.pt
Tel.	21 882 35 50	253 309 740
Fax.	21 886 24 03	253 309 749

Lisboa, 15 Maio de 2009.

Feito em 2 (dois) exemplares

Pela Ordem dos Advogados,

Pela Caso - Consultores Associados de
Organizações e Informática, Lda

(António Marinho e Pinto)

(Joaquim Magalhães da Cunha)